**LISTA DE VERIFICAÇÃO - 01**

**ELEMENTOS DO PROCESSO DE MATERIAL / SERVIÇO**

**Fase de Planejamento e Elaboração de Termo de Referência**

São os atos administrativos e documentos previstos na lei nº 10.520/02, nos Decretos nos 7.892/13, 3.555/00 e 5.450/05 e, subsidiariamente, na lei nº 8.666/93, necessários à instrução da **Fase de Planejamento e Elaboração de Termo de Referência** do procedimento na modalidade pregão, no formato eletrônico:

|  |
| --- |
| Processo nº |
| Material Serviço  | SRP: Sim Não  |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| S | N | N/A |
| Sim | Não | Não se aplica |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **ATOS ADMINISTRATIVOS E DOCUMENTOS A SEREM VERIFICADOS** | **S / N** | **NA** | **FOLHA** |
| 1. Abertura de processo administrativo devidamente autuado, protocolado e numerado (art. 38, caput, da Lei nº 8.666/93, ou registrado quando processo eletrônico? |   |  |   |
| 2. Consta a solicitação/requisição do objeto, elaborada pelo agente ou setor competente assinada pela autoridade competente da unidade? Acórdão 254/2004-Segunda Câmara-TCU |   |  |   |
| 2.1. A autoridade competente da unidade demandante definiu o objeto do certame de forma precisa, suficiente e clara e é compatível com o objeto da pesquisa de preços, sem direcionamento de marca ou fornecedor? |  |  |  |
| 2.2. Há justificativa fundamentada da necessidade da contratação e dos quantitativos (bens/serviços) requisitados, tais como demonstrativo de consumo dos exercícios anteriores, relatórios do almoxarifado e/ou outros dados objetivos que demonstrem o dimensionamento adequado da aquisição/contratação, com aprovação da Autoridade Competente? |  |  |  |
| 2.3. No caso de contratação por registro de preços, a autoridade competente justificou a utilização do SRP com base em alguma das hipóteses previstas no artigo 3º do Decreto nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013? |  |  |  |
| 2.4. Há manifestação sobre práticas e/ou critérios de sustentabilidade economicamente viáveis adotados no procedimento licitatório (TCU, Ac. 2.380/2012-2ª Câmara)?Link: [Guia Nacional de Licitações Sustentáveis](http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/191832) |  |  |  |
| 3. Encontra-se prevista a exigência de amostra ou prova de conceito para algum item?  |  |  |  |
| 3.1 A exigência está clara, precisa e acompanhada de metodologia de análise? |  |  |  |
| 3.2 A exigência está prevista na fase de aceitação, após a etapa de lances, e apenas para o vencedor? |  |  |  |
| 4. Consta a autorização da autoridade competente para a abertura da licitação (art. 38, *caput*, da Lei nº 8.666/93, arts. 8º, III e 30, V, do Decreto 5.450/05 e arts. 7º, I e 21, V, do Decreto 3.555/00)? |   |  |   |
| 4.1 Há indicação de Fiscal e Suplente do Contrato/Compra e o número do SIAPE, CPF, telefone institucional, e-mail e setor de atuação do servidor técnico de ambos? |  |  |  |
| 5.1 No caso de dispensa da divulgação da Intenção de Registro de Preços – IRP, há justificativa suficiente (art. 4º, §1º, do decreto nº 7.892/13)? |  |  |  |
| 6. Há identificação do elemento de despesa orçamentária?  |   |  |   |
| 7. Nos casos de cessão exclusiva de mão de obra, obras ou serviço de engenharia, constam como anexo do Termo de Referência (TR) as listas de verificação destinadas a orientar os fiscais, no que concerne ao Recebimento Provisório e Definitivo? (Acordão 1545/2016 – item 9.2.22.2) |  |  |  |
| 8. O procedimento licitatório possui a indicação do recurso próprio para a despesa, caso não seja SRP? |   |  |   |
| 9. Foi realizada ampla pesquisa de preços do objeto da licitação baseada em critérios aceitáveis na forma prevista na IN SLTI/MP nº 3, de 20 de abril de 2017? |  |  |  |
| 9.1 Tratando-se de serviço existe orçamento detalhado em planilhas que expresse a composição de todos os seus custos unitários baseado em pesquisa de preços praticados no mercado do ramo do objeto da contratação (art. 7º, § 2º, II e art. 15, XII, “a”, IN/SLTI 02/2008), assim como a respectiva pesquisa de preços realizada (art. 43, IV da Lei nº 8.666/93, e art. 15, XII, “b”, IN/SLTI 02/2008 e IN/SLTI 03/2017)? Acórdão 1512/2006-Plenário-TCU. |  |  |  |
| 9.2 Quando da utilização de método de pesquisa diverso do disposto no §2º do art. 2º da IN/SLTI 03/2017, tal situação foi justificada? (art. 2º, § 3º da IN/SLTI 03/2017) |  |  |  |
| 9.3 Para fins de orçamentação e análise de vantajosidade nas licitações de bens e serviços, foram priorizados os parâmetros previstos nos incisos I (Painel de Preços) e III (contratações similares de outros entes públicos) do art. 2° da IN SLTI/MP n º 3, de 2017? |  |  |  |
| 9.4 No caso de pesquisa junto a fornecedores: |  |  |  |
| 9.4.1 Consta nos autos a solicitação formal enviada para que o fornecedor apresentasse cotação? |  |  |  |
| 9.4.2 Constam, no mínimo, três propostas de preços/fornecedores assinadas ou foi apresentada justificativa pela ausência? (art. 2º, § 2º da IN/SLTI 03/2017) (\*Caso tenham sido encaminhadas por email, porém são necessários os emails de encaminhamento e a declaração do servidor de que “confere com a proposta recebida por email”) |  |  |  |
| 9.4.3 Nas três ou mais propostas das empresas fornecedoras constam os dados básicos do fornecedor: nome, endereço, telefone e CNPJ? |  |  |  |
| 9.4.4 As datas de emissão das propostas das empresas fornecedoras são inferiores a 180 dias? (Art. 2º, inciso IV, IN SLTI/MP nº 3/2017) |  |  |  |
| 9.4.5 Nas propostas de preços foram deduzidos os descontos concedidos? |  |  |  |
| 9.4.6 O valor do preço constante nas propostas já contempla todos os impostos, taxas, fretes e demais despesas decorrentes de fornecimento do bem, execução da obra ou prestação do serviço? |  |  |  |
| 9.4.7 A modalidade de pagamento prevista na proposta de preço pressupõe a liquidação de pagamento após entrega do bem ou execução do serviço? |  |  |  |
| 9.4.8 No caso de propostas originais: |  |  |  |
| 9.4.8.1 As caligrafias das assinaturas são diferentes? |  |  |  |
| 9.4.8.2 As formatações das propostas de preço são diferentes? |  |  |  |
| 9.5 Consta no processo Termo de Responsabilidade, ou designação/identificação do servidor responsável pela Pesquisa de Preço assinado pelo servidor que pesquisou as propostas? |  |  |  |
| 10.  Em face do valor estimado do objeto, a participação na licitação é exclusiva para Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Sociedades Cooperativas (art. 48, I, da LC nº 123/06, art. 6º do Decreto nº 8.538, de 2015, e art. 34 da Lei nº 11.488/07)?  |   |  |   |
| 10.1 Incide uma das exceções previstas no art. 10 do Decreto nº 8.538, de 2015, devidamente justificada, a afastar a exclusividade? |   |  |   |
| 10.2. Foi prevista a aplicação dos benefícios dispostos nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, e seu regulamento, o Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015? |  |  |  |
| 11. Foram observados os dispositivos legais que dispõem sobre a margem de preferência? (Decretos ns. 7546/2011 e 8538/2015 e outros) |  |  |  |
| 12. As folhas do processo estão numeradas, e a numeração sequencial está adequada? |  |  |  |
| 13. As folhas do processo estão sem rasuras? |  |  |  |

Atualizada em Abril de 2017